

## Artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos

### Publicitação e eficácia do contrato

1 - A celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste directo deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos através de uma ficha conforme modelo constante do anexo III do presente Código e do qual faz parte integrante.

2 — A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia do respectivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

#### Identificação do anúncio (se aplicável)<sup>1</sup>

<b>Entidade adjudicante</b>	Inserir aqui informação (No caso de se tratar de um agrupamento, separar os sucessivos nomes e os sucessivos NIF por <u>ponto e vírgula</u> )
• NIF	506809560
• Nome	MUNICÍPIO DE SOUSEL
<b>Adjudicatário</b>	(No caso de se tratar de um agrupamento, separar os sucessivos nomes e os sucessivos NIF por <u>ponto e vírgula</u> )
• NIF	510082440
• Nome	Eborpapers, Lda.

#### Objecto do contrato – descrição sumária

**AJ\_D\_SA\_45/2019 - REAPROVISIONAMENTO ECONOMATO AQUISIÇÃO DE PAPEL PARA IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS/PLOTTER E DIVERSO MATERIAL DE ESCRITÓRIO**

#### Preço contratual (€) – valor sem IVA

**1.900,74€**

#### Prazo da execução das principais prestações objecto do contrato (dias)

**3 DIAS**

#### Local (Concelho) da execução das principais prestações objecto do contrato

**Concelho de Sousel –**

#### No caso dos ajustes directos: critério material de escolha do tipo de procedimento (se aplicável) (1)

**A escolha do procedimento de ajuste directo deve-se ao fato de a entidade em causa ter demonstrado fiabilidade e competência até á presente data e pelos preços praticados em anteriores procedimentos.**

#### Critério de escolha da entidade, quando utilizada a consulta prévia

Inserir aqui a informação

<sup>1</sup> Indicar o fundamento da escolha do procedimento de ajuste directo, incluindo a não opção pela consulta prévia nos termos do artigo 27.º-A, quando este tiver sido adotado ao abrigo do disposto nos artigos 24º a 27º.